

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000539/2022-60

## 2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços de vigilância justifica-se pela necessidade deste Órgão em promover a vigilância patrimonial com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio; objetivando, além de preservar o patrimônio público, evitar sua depredação, violação, furto, entre outras ações que causem danos, e promover a segurança dos servidores e público em geral.

A segurança da edificação trata-se de ponto crucial para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que além dos dados sensíveis recebidos e produzidos, há que se importar também com a segurança física das pessoas que trabalham e transitam pelas dependências do Órgão. Ademais, a adequada prestação dos serviços proporcionará um ambiente seguro a todos que trabalham nestes locais, bem como tornará possível a consecução das atividades acessórias e finalísticas das áreas envolvidas.

Os itens da contratação serão agrupados em um único grupo, tendo em vista que a unidade de medida utilizada para os serviços é a de postos de trabalho com escalas de trabalho especificadas neste Estudo.

O parcelamento da solução torna-se inviável para o serviço em tela. Não é possível que uma empresa preste os serviços de vigilância em alguns postos e em outros não, ou ainda, que outra forneça os materiais e equipamentos, por se tratar de serviços complementares que exigem atuação conjunta. Desse modo, caberá a apenas uma empresa a administração da mão de obra e fornecimento dos equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais	Erlandio Leite Paulino

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A natureza do objeto se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para a prestação do serviço de vigilância, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, uniformes e equipamentos necessários à execução do contrato. Como esses produtos serão fornecidos diretamente pela CONTRATADA, a tendência é que resulte em melhor aplicação dos recursos financeiros empregados, visto que a CONTRATADA será a maior beneficiária em racionalizar tais recursos, e por consequência, um menor dispêndio dos recursos públicos.

A Equipe de Planejamento da Contratação observa que não há, no âmbito da Secretaria de Administração, contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

A CONTRATADA deverá operar como organização completa no gerenciamento, planejamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo todos os materiais/equipamentos, uniformes e transporte necessário à execução dos serviços.

A CONTRATADA manterá rígido controle de tudo que for fornecido à CONTRATANTE e apresentará informações gerenciais acerca do fornecimento quando solicitada pela gestão do contrato ou pela equipe de fiscalização.

CONTRATADA deve fornecer aos seus empregados equipamentos modernos necessários à execução dos serviços, prezando, minimamente, pela ergonomia, eficiência e segurança do trabalho.

A CONTRATADA deverá – para garantir o desempenho contínuo – realizar manutenções preventivas e corretivas, com frequência, para melhorar o rendimento dos equipamentos e a segurança dos funcionários e de terceiros.

A CONTRATADA substituirá, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), os equipamentos alocados para execução dos serviços que não se revestirem de qualidade e/ou de condições de uso.

Competirá à CONTRATADA o transporte de seus empregados e de todos os equipamentos a serem utilizados entre as dependências da CONTRATANTE, bem como sua guarda.

A CONTRATADA deverá orientar seus empregados acerca da economia no emprego de materiais de consumo e de insumos.

A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes informações de seus empregados para cadastramento pela Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, até o dia da assinatura do contrato: nome completo, nome da mãe, número da Carteira de Identidade/RG e CPF e data de expedição, endereço e telefone residenciais e número do celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

Somente será permitida a execução dos serviços pelos empregados da CONTRATADA constantes na relação de autorização, devidamente uniformizados e portando o crachá e os equipamentos necessários.

Após o registro dos empregados da CONTRATADA pela Segurança Institucional da PR, deverão ser encaminhadas às cópias de suas carteiras de trabalho para comprovação do vínculo empregatício com a CONTRATADA.

Apresentar, também, lista com nomes, correspondente a 10% (dez por cento) do contingente disponibilizado, que, depois de aprovada pela Segurança Institucional, constará do quadro reserva para as eventuais substituições por motivos de férias, licenças médicas ou qualquer outro tipo de falta, admitindo-se alteração no referido quadro, desde que submetida para credenciamento em tempo hábil.

A CONTRATADA deverá apresentar o(s) certificado(s) de registro(s) do(s) veículo(s) disponibilizado(s) para a prestação do serviço para registro junto ao GSI/PR, no qual deve constar o número da placa, chassi, ano e modelo.

Apresentar, em até 10 (dez) dias do início do contrato ou a cada novo empregado, atestado de antecedentes criminais de todos profissionais disponibilizados para atuar nas instalações da CONTRATANTE.

Os empregados da CONTRATADA atenderão exclusivamente as demandas técnicas dos serviços objeto deste Termo de Referência, na especialidade para a qual forem contratados, não se admitindo desvio de função para atividade estranha ao contrato.

Requisitos para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83;

O Departamento de Polícia Federal é o órgão competente do Ministério da Justiça responsável por autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança (art. 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983);

A Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, estabelece os procedimentos e os documentos necessários do processo de autorização de funcionamento das empresas do setor;

As autorizações de funcionamento devem ser revistas anualmente em processos autônomos (vide Portaria 3.233/2012 - DG/DPF).

Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

Os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da Lei nº 7.102/83);

São vedadas a estrangeiros a propriedade e a administração das empresas especializadas em vigilância.

Requisitos do profissional dos serviços de vigilância:

Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83;

Para o exercício da profissão, o vigilante ou supervisor deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83:

Ser brasileiro.

Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau.

Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83.

Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental.

Não ter antecedentes criminais registrados.

Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Será assegurado ao vigilante:

Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular.

Porte de arma, quando em serviço.

Prisão especial por ato decorrente do serviço.

Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho

A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

A contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em conta que a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e controle de pessoas é considerada comum e de baixa complexidade.

Não foram identificadas outras soluções de mercado, a não ser o modelo de contratação pretendido.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

Os postos de trabalho dos vigilantes se enquadram na CBO 5173-30 - Vigilante (descrição sumária: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via por telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes).

O posto de trabalho de supervisor se enquadra na CBO 5103-10 Supervisor de vigilantes (Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança. analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas. programam simulados de emergência, elaboram escalas de serviços, supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco. investigam causas de ocorrências. sugerem medidas preventivas e corretivas, atendem clientes e coordenam planos de emergência.)

O salário base utilizado na formação da planilha de custos que embasa o cálculo dos valores de referência foi o constante na Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob número DF000101/2022.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## 5. Levantamento de Mercado

A partir do levantamento das soluções de mercado para a contratação do serviço de vigilância foram identificados seguintes grupos de itens de serviços ou materiais:

- Postos de vigilância – armada e desarmada;
- b) Aquisição de circuitos fechados de televisão - CFTV;
- c) Postos de vigilância – monitoramento; e
- d) Aquisição de controle de acesso.

A vigilância patrimonial ocorre por meio da contratação de postos de serviços, contínuos ou eventuais (*spot*), os quais devem ser compostos por mão de obra especializada de vigilantes e deve seguir modelo específico de operação com horários de cobertura, ostensividade, veículos, acessórios e equipamentos de apoio aos postos de serviços e de proteção individual.

Além dos exemplos ou possibilidades citados o dimensionamento da contratação pode se basear na análise de risco do ambiente. Nesse tipo de estudo são analisados os fatores estruturais para a segurança do edifício, tais como os recursos humanos (vigilantes, porteiros e recepcionistas), físicos (barreiras) e os eletrônicos (sistemas). A integração dos serviços se configura com um movimento de racionalização de atividades de contratação e redução de custos operacionais.

De acordo com o atual contrato de prestação de serviços da Presidência da República e, conforme observado em contratações similares de outros órgãos ou entidades públicas, conforme demonstrado abaixo, a metodologia de prestação dos serviços mais adequada e oportuna às necessidades da PR, é mediante à adoção de Postos de Serviços, observando-se a jornada de trabalho estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho. Nessa convenção constam definições de produtividade, objetivos e metas, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado, pelo indicado de aferição, alinhada com o planejamento da PR. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente:

Pregão	UASG / Entidade	Metodologia de prestação dos serviços
3/2022	070001 - TSE _ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SEC. ADMDF	Postos de serviço
5/2021	135100 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB	Postos de serviço
5/2021	153173 - FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO DF	Postos de serviço
9/2021	240013 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	Postos de serviço
10/2022	195006-CIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO-DF	Postos de serviço
11/2021	200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF	Postos de serviço
21/2021	080001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Postos de serviço
22/2021	393001 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	Postos de serviço
1319 /2021	806030 - SERPRO - SEDE BRASILIA	Postos de serviço

## 6. Descrição da solução como um todo

Os serviços deverão estar em perfeita execução de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste instrumento a em quantidade e prazos.

Os serviços serão prestados nos seguintes locais da estrutura da Presidência da República, conforme distribuição de postos e profissionais abaixo:

LOCAL	POSTO	ITEM	QTDE DE POSTOS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
	Presidência da Republica	Supervisor (44 horas semanais)	1	1
	VIA N2 (Complexo Coordenação Geral de Administração Geral - COAGE)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	

<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>	VIA N2 (COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA - COENGE)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	
	VIA N2 (COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES - COTRAN)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	
	VIA N2 (Coordenação de Serviços Gerais)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	VIA N2 (Guarita estacionamento norte)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	PALÁCIO DO PLANALTO (Coordenação de Engenharia - USINA)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	PAVILHÃO DAS METAS	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	2	8
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	2	
		Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	Ronda	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	2	2
<b>TOTAL</b>			<b>17</b>	<b>27</b>

Os serviços a serem prestados pelos vigilantes compreenderão:

Prevenir, controlar e combater delitos dentro dos locais de sua competência, em seus estacionamentos e áreas adjacentes.

Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das Leis e regulamentos.

Controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito.

Quando existente, atuar no monitoramento de sistema de CFTV;

Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

Cumprir, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral, a programação dos serviços fixados pela Administração.

Observar, além do disposto neste Termo de Referência, outras atividades e procedimentos definidos pela Administração em regulamentos internos.

Exercer vigilância em todas as áreas previstas em contrato, nas dependências interna e externa, quando for o caso, com rondas de rotina programadas nas vias de acesso, garagem e pátios, adotando os cuidados e providências necessários para o desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, e, em especial, os seguintes procedimentos:

Acompanhar a equipe da brigada ou manutenção predial quando do acionamento da iluminação dos pontos predeterminados pela Contratante e da verificação se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;

Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da Contratante, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;

Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno; e

Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

Manter afixado no posto de vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

Colaborar com as Polícias Civil e Militar do DF e a Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, da melhor maneira possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio.

Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas.

Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do Órgão.

Prestar auxílio ao pessoal da recepção.

Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas.

Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas.

Manter contato visual e/ou via rádio com os vigilantes dos demais postos e do estacionamento interno.

Manter sob vigilância e rigoroso controle os veículos oficiais e particulares que estiverem nas garagens e estacionamentos do Órgão, fiscalizando a entrada e saída, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar.

Controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter as autorizações para a saída de bens pertencentes ao acervo patrimonial da PR.

Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos.

Impedir a entrada nas garagens e estacionamentos de veículos não autorizados.

Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários.

Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé, tomando as medidas necessárias para impedir que ilícitos sejam praticados.

Informar, imediatamente, à chefia de segurança sobre quaisquer anormalidades ou irregularidade, inclusive de ordem funcional, que possa vir a representar risco às pessoas ou patrimônio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

Atender com prontidão quaisquer determinações do Órgão.

Manter a guarda no posto.

Zelar pela limpeza e conservação do posto de trabalho.

Acompanhar e revisar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos.

Abordar e identificar elementos suspeitos, comunicando ao supervisor de segurança e chamando a polícia.

Revezar e apoiar outros postos, assumindo os encargos pertinentes em cada posto.

Informar ao supervisor de segurança qualquer alteração em seu posto.

Quando necessário, abrir e fechar as portas do edifício, no início e final do expediente.

Atender de imediato outras determinações do Órgão.

Registrar em livro de ocorrência os principais fatos rela vos ao serviço.

Adotar medidas preventivas e repressivas diante de possíveis ataques aos servidores, funcionários e transeuntes que estiverem no Órgão, evitando exposição destes a situações de risco.

Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos.

Deverá acompanhar o recolhimento do resíduos sólidos/recicláveis dos container próximos ao posto de trabalho.

O serviço a ser prestado pelo Supervisor compreenderá:

Todas as atribuições dos vigilantes listadas acima.

Supervisionar, orientar e treinar a equipe de segurança.

Sugerir medidas preventivas e corretivas.

Programar simulados de emergência.

Elaborar escalas de serviços, supervisionar atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco.

Investigar causas de ocorrências.

Auxiliar o preposto da empresa na tarefa de comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados nas dependências da CONTRATANTE.

Fiscalizar os trabalhos realizados pelos vigilantes em todos os postos.

Zelar pela pontualidade e pela aparência dos vigilantes.

Responsabilizar-se pelo equipamento e patrimônio da PR à disposição dos empregados da CONTRATADA no Órgão.

Administrar a execução contratual.

Controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo ao serviço.

Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados.

Fiscalizar, controlar e orientar, constante e permanentemente, o correto porte de arma (revólver/pistola).

Informar, imediatamente, ao Gestor/Fiscal do Contrato sobre anormalidades em qualquer local do Órgão.

Atender, de pronto, outras determinações do Órgão.

Periodicamente, verificar a presença do profissional no posto bem como quanto à normalidade do serviço.



Constituem orientações gerais a serem observadas por todos os profissionais alocados nos postos de trabalho objeto deste documento:

Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando, quando solicitado, atender ao público e aos servidores do CONTRATANTE com atenção e presteza.

Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou empregados, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto.

Portar em lugar visível, acima da linha de cintura, o crachá de identificação fornecido pela CONTRATADA ou CONTRATANTE.

Cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço.

Orientar o profissional substituto, quando da rendição, todos os procedimentos existentes no posto, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas.

Adotar todas as providências ao seu alcance, para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.

Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares.

Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição, para o serviço.

Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda, tais como móveis, armamento, etc.

Não ausentar-se do posto antes da chegada da devida substituição.

Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetos avençados em Contrato, proibindo a utilização do posto para a guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

Adotar todos os demais cuidados e precauções, indispensáveis ao manuseio do armamento, de acordo com as orientações e determinações previstas em Leis e normas, nos treinamentos e nos manuais pertinentes.

Manter-se sempre com postura correta e ereta, evitando relaxamento ou demonstrações de fadiga.

Portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança do coldre permaneça sempre travado.

Não participar, no âmbito do local de prestação dos serviços, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários deselegantes ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

Comunicar, sempre que possível com antecedência, ao fiscal ou ao supervisor da necessidade de faltar ao serviço, por motivo de saúde ou força maior.

Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas.

Nunca repassar a arma carregada, devendo desmuniá-la antes de entregá-la ao substituto.

Deverá acompanhar o recolhimento do resíduos sólidos/recicláveis dos containers próximos ao posto de trabalho.

Esse rol não é exaustivo; poderão ser inclusos outros requisitos necessários na elaboração do Termo de Referência da pretendida contratação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos necessários para suprir as necessidades da futura contratação foram obtidos por meio do histórico de contratações anteriores.

Os serviços e as quantidades de postos que deverão ser fornecidos estão discriminados no quadro abaixo:

LOCAL	POSTO	ITEM	QTDE DE POSTOS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
-------	-------	------	----------------	-----------------------------

<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>	Presidência da Republica	Supervisor (44 horas semanais)	1	1
	VIA N2 (Complexo Coordenação Geral de Administração Geral - COAGE)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	
	VIA N2 (COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA - COENGE)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	
	VIA N2 (COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES - COTRAN)	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	1	4
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	1	
	VIA N2 (Coordenação de Serviços Gerais)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	VIA N2 (Guarita estacionamento norte)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	PALÁCIO DO PLANALTO (Coordenação de Engenharia - USINA)	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	PAVILHÃO DAS METAS	Vigilante Armado Diurno (12 x 36)	2	8
		Vigilante Armado Noturno (12 x 36)	2	
		Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	1	1
	Ronda	Vigilante Desarmado Diurno (44 horas semanais)	2	2
<b>TOTAL</b>			<b>17</b>	<b>27</b>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.794.014,12

O preço total da contratação está estimado em R\$ 2.794.014,12 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil quatorze reais e doze centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após a realização dos estudos necessários, verificou-se o descabimento da divisão da solução, conforme segue demonstrado:

Justificativa da inviabilidade técnica da divisão da solução se dá devido aos serviços apresentarem características semelhantes, além da inviabilidade econômica da divisão da solução, uma vez que é mais vantajoso a empresa oferecer os serviços conjuntamente, pois os custos poderão ser rateados para os cargos a serem contratados. Desse modo, o parcelamento do objeto em itens distintos ou lotes pode acarretar vários contratos, o que aumenta os custos administrativos e prejudica a gestão centralizada dos serviços de vigilância.

Perda de escala com a divisão da solução ocasiona o encarecimento da prestação de serviços tornando a aquisição ineficiente e desvantajosa.

Além disso, é comum encontrar no mercado os serviços de vigilância em única contratação, o que demonstra não afetar a competitividade do certame.

Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução, em razão da indivisibilidade do objeto. Ainda, o conjunto da solução na forma definida neste Estudo não prejudica a ampla participação de licitantes e nem proporciona a perda de economia de escala, de forma que o objeto poderá ser atendido absolutamente por um mesmo fornecedor do ramo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

*A presente contratação está alinhada com a missão da Secretaria-Geral de "Assistir ao Presidente da República na condução estratégica de governo e prover o suporte para o alcance dos objetivos institucionais da Presidência da República" (Mapa Estratégico - Secretaria-Geral 2020/2023).*

A demanda consta do PAC 2022, da seguinte forma:

Nº Item	Tipo de Item	Subitem	Código do Item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo da Despesa	Renovação do contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data desejada	Situação do Item
13	Materiais e Serviços	CONTINUADO	24013	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA	1	Não	2.351.430,65	2.351.430,65	2.351.430,65	Não	2000 - Administração da Unidade	Custeio	SI	NÃO	Não Possui	alta	10/12/2022	Incluído no PAC (editado)

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que a contratação promova a continuidade da prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada, cuja relevância está baseada na indispensabilidade de garantia à segurança pessoal, do material e das instalações das localidades constantes no subitem 1.2. e ainda:

Garantir um ambiente seguro aos servidores, colaboradores, funcionários e ao público em geral;

Suprir as necessidades de segurança física e patrimonial da PR, assegurando a continuidade dos serviços atualmente prestados;

Contribuir para um bom clima organizacional, proporcionando um ambiente seguro;

Atender a PR com o quantitativo de postos de trabalho especificados neste Instrumento;

Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

Será adotado, durante toda vigência do contrato, “Instrumento de Medição de Resultados - IMR” ou instrumento equivalente, contemplando os indicadores e metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização, visando à qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação do pagamento.

O instrumento de avaliação adotado deverá constar no Termo de Referência.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não há.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os valores apresentados, a necessidade e a natureza dessa contratação, considera-se a contratação vantajosa para a Administração.

## 16. Responsáveis

ERLANDIO LEITE PAULINO

Coordenador

CÉLIA CHALEGRA CASSIANO

Assistente Técnico

ELIANA PRADO ELIAS MENGATTI

Especialista